



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

26/10/2018 ATÉ 26/10/2018

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE SINAL VERDE DE CAXIAS.....	1
2	CNJ	
	2.1 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	2
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	3
	3.2 BLOG BLOGUEIRAMA.....	4 5 6
	3.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	7
	3.4 BLOG JORGE ARAGÃO.....	8 9
	3.5 BLOG ZECA SOARES.....	10
	3.6 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	11 12
	3.7 SITE MARANHÃO HOJE.....	13
4	ESMAM	
	4.1 BLOG DO JURACI FILHO.....	14
	4.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	15
	4.3 BLOG MARAMAIS.....	16
	4.4 SITE MARANHÃO DE VERDADE.....	17
5	SERVIDOR PÚBLICO	
	5.1 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	18
	5.2 BLOG JEISAEL.COM.....	19
	5.3 BLOG LEONARDO CARDOSO.....	20
	5.4 BLOG MARAMAIS.....	21

Flavio Dino sinaliza que o seu segundo mandato será com maior opressão aos servidores públicos

O governador Flavio Dino não esperou tomar posse para o seu segundo mandato como governador do Maranhão, para mostrar claramente que o tratamento a ser dado aos funcionários públicos estaduais não será diferente do que foi nos últimos quatro anos, apenas mais discriminador e opressor. Determinou que a Procuradoria Geral do Estado a ingressar na justiça com uma Ação Rescisória, junto ao Tribunal de Justiça do Estado para desconstruir a ação vitoriosa do SINTSEP e de todo o Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo com a implantação do percentual de 21,7% nos contracheques de mais de 60 mil servidores da ativa e milhares de aposentados.

Na Ação Rescisória, a Procuradoria Geral do Estado pedirá a suspensão dos pagamentos dos servidores do Tribunal de Justiça e da Procuradoria Geral do Estado, que já estão implantados. A iniciativa do governador Flavio Dino pegou de surpresa os dirigentes de todos os sindicatos que integram o Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo, diante de que nem mesmo assumiu o seu segundo mandato já mostra uma decisão de discriminar e oprimir os servidores públicos estaduais. O governador nos deferiu um tratamento altamente excludente no primeiro mandato, não nos dando qualquer reajuste salarial e nem mesmo reposição.

Pela decisão determinada à Procuradoria Geral do Estado, o governador Flavio Dino vem com uma voracidade de destruição para os servidores públicos, o que é muito sério e grave. Mesmo como candidato à reeleição, Flavio Dino fez desvios milionários no Fundo de Pensão dos Servidores Públicos - FEPA, colocando em risco a aposentadoria de milhares de servidores públicos e também usou a mesma sistemática para fazer desvios no FUNBEN, o plano de saúde dos servidores públicos com mais 70 mil associados e dependentes. Cada servidor contribui com 3% dos salários e mais 1% por cada dependente.

O Governo do Estado cria uma instabilidade séria e preocupações não apenas nas entidades sindicais, mas em milhares de famílias de servidores, o que vem sendo denunciado nos últimos três anos pelo Fórum de Defesa das Carreiras do Poder Executivo. Diante do que começa a ser desenhado, mais do nunca os servidores públicos devem atentar para a união e a luta por direitos sem temer ameaças, arma que constantemente é utilizada pelos gestores de instituições públicas.

DURO GOLPE NO SERVIDOR

Posted at 11:05h in Zeca Soares by admin 0 Comments

Com o fim das eleições, o governador Flávio Dino (PCdoB) parece já ter esquecido do palanque e da necessidade de aparentar ser um candidato que tem compromisso com toda a sociedade e cheio de promessas de boas intenções. Com pouco mais de duas semanas após fim do pleito, o comunista determinou que seu plano contra os servidores públicos do estado fosse executado.

Trata-se de uma articulação jurídica para evitar que servidores públicos de nível médio e fundamental conseguissem incorporar 21,7% aos seus vencimentos. A conquista é uma luta antiga na Justiça, que teve decisão favorável tanto no Tribunal de Justiça (TJ) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dino não se contentou em ter perdido na Justiça e decidiu tentar tirar mais uma vez a conquista dos funcionários públicos. Uma ação rescisória trata da “desconstrução” da decisão que determinou o pagamento dos mais de 20% nos salários.

Além de barrar o pagamento a quem ainda não recebeu, apesar da decisão judicial favorável, Dino espera retirar o reajuste de quem já o tem incorporado aos seus vencimentos, como é o caso dos servidores do próprio TJ e até da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A atitude do comunista parece ser uma tentativa de não aumentar mais ainda o percentual do orçamento estadual destinado apenas para pagamento do funcionalismo, que cresceu nos últimos quatro anos, saindo de 38% para mais de 42%, se levar em conta somente os gastos com pessoal no Poder Executivo. Se considerar os três Poderes, este percentual é de quase 53% do orçamento estadual.

O fato é que Flávio Dino, que passou quase quatro anos sem conceder aumento salarial para a maioria dos servidores públicos, agora quer retirar uma conquista conseguida por decisão judicial. O comunista falha duas vezes no episódio: uma como gestor que se comprometeu ainda em 2014 com a valorização dos servidores e a segunda, por não cumprir decisão judicial. Logo ele, que passou mais de uma década como juiz, que exigia o cumprimento do que ele julgava.

Foto: Reprodução/TV Mirante

Estado Maior

O post Duro golpe no servidor apareceu primeiro em Zeca Soares.

FLÁVIO DINO SE VITIMIZA, MAS NÃO EXPLICA DENÚNCIAS

Posted at 12:10h in Blog do Jorge Aragão by admin 0 Comments

Definitivamente o governador reeleito Flávio Dino (PCdoB) ainda não desceu do palanque, mesmo após a vitória incontestável no 1º Turno das eleições estaduais.

Além de seguir em campanha para o petista Fernando Haddad, na disputa pela Presidência da República, o comunista ao invés de explicar denúncias feitas contra sua gestão, preferiu se vitimizar.

Utilizando as redes sociais, Flávio Dino disse que o seu governo tem sido alvo de uma enxurrada de mentiras e que a intenção seria de atingir o seu candidato no 2º Turno, Fernando Haddad. Veja abaixo.

O problema é que o comunista não explicou a nomeação do filho de Raul Jungmann, já envolvido em situações semelhantes anteriormente, como o Blog demonstrou (reveja). Além disso, Flávio Dino esqueceu de falar na questão dos 21,7%, onde sindicatos tem acusado o governador de recorrer de uma decisão judicial que prejudicaria o servidor público estadual.

Sendo assim, resta ao Blog dizer: menos, meu caro Flávio Dino, bem menos.

Postado Por: Blog do Jorge Aragão

DURO GOLPE NO SERVIDOR

Posted at 12:30h in Gilberto Léda by admin 0 Comments

Da coluna Estado Maior

Com o fim das eleições, o governador Flávio Dino (PCdoB) parece já ter esquecido do palanque e da necessidade de aparentar ser um candidato que tem compromisso com toda a sociedade e cheio de promessas de boas intenções. Com pouco mais de duas semanas após fim do pleito, o comunista determinou que seu plano contra os servidores públicos do estado fosse executado.

Trata-se de uma articulação jurídica para evitar que servidores públicos de nível médio e fundamental conseguissem incorporar 21,7% aos seus vencimentos. A conquista é uma luta antiga na Justiça, que teve decisão favorável tanto no Tribunal de Justiça (TJ) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dino não se contentou em ter perdido na Justiça e decidiu tentar tirar mais uma vez a conquista dos funcionários públicos. Uma ação rescisória trata da “desconstrução” da decisão que determinou o pagamento dos mais de 20% nos salários.

Além de barrar o pagamento a quem ainda não recebeu, apesar da decisão judicial favorável, Dino espera retirar o reajuste de quem já o tem incorporado aos seus vencimentos, como é o caso dos servidores do próprio TJ e até da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A atitude do comunista parece ser uma tentativa de não aumentar mais ainda o percentual do orçamento estadual destinado apenas para pagamento do funcionalismo, que cresceu nos últimos quatro anos, saindo de 38% para mais de 42%, se levar em conta somente os gastos com pessoal no Poder Executivo. Se considerar os três Poderes, este percentual é de quase 53% do orçamento estadual.

O fato é que Flávio Dino, que passou quase quatro anos sem conceder aumento salarial para a maioria dos servidores públicos, agora quer retirar uma conquista conseguida por decisão judicial. O comunista falha duas vezes no episódio: uma como gestor que se comprometeu ainda em 2014 com a valorização dos servidores e a segunda, por não cumprir decisão judicial. Logo ele, que passou mais de uma década como juiz, que exigia o cumprimento do que ele julgava.

O post Duro golpe no servidor apareceu primeiro em Gilberto Léda.

Postado Por: Gilberto Léda

Assembleia e ESMAM realizarão congresso em comemoração aos 30 anos da Constituição

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PC do B), e o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, desembargador Paulo Sérgio Velten, assinaram um termo de cooperação técnico-financeira para a realização do Congresso “ESMAM - 30 anos da Constituição Federal: Desafios e Perspectivas”.

O evento, que deve acontecer de 28 a 30 de novembro, terá como palestrantes grandes nomes da política brasileira, entre eles, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim; o ex-ministro do STF, Eros Grau; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Boas; e o ex-ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. Do Maranhão, irão palestrar, além do presidente Othelino, o governador Flávio Dino, juristas e desembargadores.

Para o deputado Othelino Neto, é importante discutir os avanços da Constituição de 88. “É interessante falar da nossa Constituição e o valor do Estado democrático de direito, em especial, nesse momento de muita intolerância, em que precisamos valorizar, ainda mais, a democracia brasileira”.

O desembargador Paulo Velten explicou que, além das palestras, o congresso, em comemoração aos 30 anos da Constituição Federal, fará homenagem aos políticos constituintes de 1988. “Vamos homenagear os deputados constituintes, aqueles que trabalharam pela Constituição Cidadã. Esse é um evento que a Escola da Magistratura, em nome do Tribunal, vai realizar em cooperação com a Assembleia. A intenção é debater grandes temas do Direito Constitucional e revitalizar, sobretudo, esse valor constitucional, esse amor pelo estado de direito”, explicou.

O magistrado enfatizou que poderão participar do evento servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário, o público acadêmico e todo cidadão comum que tiver interesse no tema.

Duro golpe no servidor

Da coluna Estado Maior

Com o fim das eleições, o governador Flávio Dino (PCdoB) parece já ter esquecido do palanque e da necessidade de aparentar ser um candidato que tem compromisso com toda a sociedade e cheio de promessas de boas intenções. Com pouco mais de duas semanas após fim do pleito, o comunista determinou que seu plano contra os servidores públicos do estado fosse executado.

Trata-se de uma articulação jurídica para evitar que servidores públicos de nível médio e fundamental conseguissem incorporar 21,7% aos seus vencimentos. A conquista é uma luta antiga na Justiça, que teve decisão favorável tanto no Tribunal de Justiça (TJ) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dino não se contentou em ter perdido na Justiça e decidiu tentar tirar mais uma vez a conquista dos funcionários públicos. Uma ação rescisória trata da "desconstrução" da decisão que determinou o pagamento dos mais de 20% nos salários.

Além de barrar o pagamento a quem ainda não recebeu, apesar da decisão judicial favorável, Dino espera retirar o reajuste de quem já o tem incorporado aos seus vencimentos, como é o caso dos servidores do próprio TJ e até da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A atitude do comunista parece ser uma tentativa de não aumentar mais ainda o percentual do orçamento estadual destinado apenas para pagamento do funcionalismo, que cresceu nos últimos quatro anos, saindo de 38% para mais de 42%, se levar em conta somente os gastos com pessoal no Poder Executivo. Se considerar os três Poderes, este percentual é de quase 53% do orçamento estadual.

O fato é que Flávio Dino, que passou quase quatro anos sem conceder aumento salarial para a maioria dos servidores públicos, agora quer retirar uma conquista conseguida por decisão judicial. O comunista falha duas vezes no episódio: uma como gestor que se comprometeu ainda em 2014 com a valorização dos servidores e a segunda, por não cumprir decisão judicial. Logo ele, que passou mais de uma década como juiz, que exigia o cumprimento do que ele julgava.

O post Duro golpe no servidor apareceu primeiro em Gilberto Léda.

Presidente do TJMA anuncia reajuste salarial para servidores e outros benefícios

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, anunciou um pacote de benefícios para os funcionários do Poder Judiciário Estadual, a ser implantado a partir de 1º de janeiro de 2019.

Na oportunidade, ele anunciou também o estabelecimento do recesso forense de final de ano para os servidores, no período de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019.

Os ganhos incluem pagamento das perdas inflacionárias relativas a 2017, no índice de 2,94%, e aumento do auxílio-alimentação e auxílio-saúde, estimado no percentual de 10%, cada.

Mesmo com as limitações orçamentárias, o presidente do Tribunal de Justiça decidiu conceder os benefícios aos servidores, reconhecendo que eles têm colaborado de maneira efetiva para a prestação de serviços de qualidade, tornando o Judiciário maranhense mais ágil, célere e eficiente.

" Fizemos um grande esforço para poder fazer justiça com os servidores garantindo os benefícios. É uma maneira de valorizar aqueles que dedicam o seu trabalho ao engrandecimento do Poder Judiciário, merecendo o nosso reconhecimento", afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente do TJMA disse que os servidores prestam serviços públicos com dedicação e têm uma grande parcela de responsabilidade em relação ao momento positivo vivido atualmente pelo Poder Judiciário.

Ele explicou que a concessão do reajuste de 2,94% é uma medida imediata e possível dentro do contexto atual, até para não aumentar, ainda mais, o passivo de 15,33% de perdas inflacionárias que já havia quando tomou posse no cargo de presidente do TJMA.

Embora tenha interesse em pagar, ainda em 2019, parte das perdas inflacionárias referentes a gestões anteriores acumuladas em 15,33%, ele afirmou que tal medida dependerá da situação financeira do Tribunal de Justiça, tendo em vista as limitações orçamentárias no atual cenário econômico-financeiro.

Minuta do projeto de lei que concede o reajuste de 2,94% aos servidores deverá se apresentada, em breve, aos membros da Corte em sessão plenária. Assim que for aprovado, será encaminhado para apreciação à Assembleia Legislativa e, caso aprovado pelos parlamentares, seguirá para sanção do governador Flávio Dino.

Em reunião com o governador Flávio Dino, na sede do Governo do Estado, no Palácio dos Leões, no último dia 24 deste mês, o presidente do TJMA apresentou pleitos ao chefe do Executivo, ocasião em que ouviu do governador reeleito informações sobre a situação da União, do Estado, no atual contexto econômico no país.

O post [Presidente do TJMA anuncia reajuste salarial para servidores e outros benefícios](#) apareceu primeiro em

Presidente do Tribunal de Justiça anuncia reajuste de 2,94% aos servidores

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, anunciou, nesta quinta-feira (26), durante a Feira de Saúde da Família Judiciária Maranhense, em frente ao prédio-sede da Corte Estadual de Justiça, um pacote de benefícios para os funcionários do Poder Judiciário Estadual, a ser implantado a partir de 1º de janeiro de 2019. Na oportunidade, ele anunciou também o estabelecimento do recesso forense de final de ano para os servidores, no período de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019.

Os ganhos incluem pagamento das perdas inflacionárias relativas a 2017, no índice de 2,94%, e aumento do auxílio-alimentação e auxílio-saúde, estimado no percentual de 10%, cada.

Mesmo com as limitações orçamentárias, o presidente do Tribunal de Justiça decidiu conceder os benefícios aos servidores, reconhecendo que eles têm colaborado de maneira efetiva para a prestação de serviços de qualidade, tornando o Judiciário maranhense mais ágil, célere e eficiente.

"Fizemos um grande esforço para poder fazer justiça com os servidores garantindo os benefícios. É uma maneira de valorizar aqueles que dedicam o seu trabalho ao engrandecimento do Poder Judiciário, merecendo o nosso reconhecimento", afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente do TJMA disse que os servidores prestam serviços públicos com dedicação e têm uma grande parcela de responsabilidade em relação ao momento positivo vivido atualmente pelo Poder Judiciário.

Ele explicou que a concessão do reajuste de 2,94% é uma medida imediata e possível dentro do contexto atual, até para não aumentar, ainda mais, o passivo de 15,33% de perdas inflacionárias que já havia quando tomou posse no cargo de presidente do TJMA.

Embora tenha interesse em pagar, ainda em 2019, parte das perdas inflacionárias referentes a gestões anteriores acumuladas em 15,33%, ele afirmou que tal medida dependerá da situação financeira do Tribunal de Justiça, tendo em vista as limitações orçamentárias no atual cenário econômico-financeiro.

Minuta do projeto de lei que concede o reajuste de 2,94% aos servidores deverá se apresentada, em breve, aos membros da Corte em sessão plenária. Assim que for aprovado, será encaminhado para apreciação à Assembleia Legislativa e, caso aprovado pelos parlamentares, seguirá para sanção do governador Flávio Dino.

Em reunião com o governador Flávio Dino, na sede do Governo do Estado, no Palácio dos Leões, no último dia 24 deste mês, o presidente do TJMA apresentou pleitos ao chefe do Executivo, ocasião em que ouviu do governador reeleito informações sobre a situação da União, do Estado, no atual contexto econômico no país.

Duro golpe no servidor

por Jorge Aragão

26 out 2018

Com o fim das eleições, o governador Flávio Dino (PCdoB) parece já ter esquecido do palanque e da necessidade de aparentar ser um candidato que tem compromisso com toda a sociedade e cheio de promessas de boas intenções. Com pouco mais de duas semanas após fim do pleito, o comunista determinou que seu plano contra os servidores públicos do estado fosse executado.

Trata-se de uma articulação jurídica para evitar que servidores públicos de nível médio e fundamental conseguissem incorporar 21,7% aos seus vencimentos. A conquista é uma luta antiga na Justiça, que teve decisão favorável tanto no Tribunal de Justiça (TJ) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dino não se contentou em ter perdido na Justiça e decidiu tentar tirar mais uma vez a conquista dos funcionários públicos. Uma ação rescisória trata da “desconstrução” da decisão que determinou o pagamento dos mais de 20% nos salários.

Além de barrar o pagamento a quem ainda não recebeu, apesar da decisão judicial favorável, Dino espera retirar o reajuste de quem já o tem incorporado aos seus vencimentos, como é o caso dos servidores do próprio TJ e até da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A atitude do comunista parece ser uma tentativa de não aumentar mais ainda o percentual do orçamento estadual destinado apenas para pagamento do funcionalismo, que cresceu nos últimos quatro anos, saindo de 38% para mais de 42%, se levar em conta somente os gastos com pessoal no Poder Executivo. Se considerar os três Poderes, este percentual é de quase 53% do orçamento estadual.

O fato é que Flávio Dino, que passou quase quatro anos sem conceder aumento salarial para a maioria dos servidores públicos, agora quer retirar uma conquista conseguida por decisão judicial. O comunista falha duas vezes no episódio: uma como gestor que se comprometeu ainda em 2014 com a valorização dos servidores e a segunda, por não cumprir decisão judicial. Logo ele, que passou mais de uma década como juiz, que exigia o cumprimento do que ele julgava.

Flávio Dino se vitimiza, mas não explica denúncias

por Jorge Aragão

26 out 2018

Definitivamente o governador reeleito Flávio Dino (PCdoB) ainda não desceu do palanque, mesmo após a vitória incontestável no 1º Turno das eleições estaduais.

Além de seguir em campanha para o petista Fernando Haddad, na disputa pela Presidência da República, o comunista ao invés de explicar denúncias feitas contra sua gestão, preferiu se vitimizar.

Utilizando as redes sociais, Flávio Dino disse que o seu governo tem sido alvo de uma enxurrada de mentiras e que a intenção seria de atingir o seu candidato no 2º Turno, Fernando Haddad. Veja abaixo.

O problema é que o comunista não explicou a nomeação do filho de Raul Jungmann, já envolvido em situações semelhantes anteriormente, como o Blog demonstrou (reveja). Além disso, Flávio Dino esqueceu de falar na questão dos 21,7%, onde sindicatos tem acusado o governador de recorrer de uma decisão judicial que prejudicaria o servidor público estadual.

Sendo assim, resta ao Blog dizer: menos, meu caro Flávio Dino, bem menos.

AUMENTO SALARIAL: Presidente do TJMA anuncia pacote de benefícios para servidores

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, anunciou, nesta quinta-feira (25), durante a Feira de Saúde da Família Judiciária Maranhense, em frente ao prédio-sede da Corte Estadual de Justiça, um pacote de benefícios para os funcionários do Poder Judiciário Estadual, a ser implantado a partir de 1º de janeiro de 2019. Na oportunidade, ele anunciou também o estabelecimento do recesso forense de final de ano para os servidores, no período de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019.

Os ganhos incluem pagamento das perdas inflacionárias relativas a 2017, no índice de 2,94%, e aumento do auxílio-alimentação e auxílio-saúde, estimado no percentual de 10%, cada.

Mesmo com as limitações orçamentárias, o presidente do Tribunal de Justiça decidiu conceder os benefícios aos servidores, reconhecendo que eles têm colaborado de maneira efetiva para a prestação de serviços de qualidade, tornando o Judiciário maranhense mais ágil, célere e eficiente.

“Fizemos um grande esforço para poder fazer justiça com os servidores garantindo os benefícios. É uma maneira de valorizar aqueles que dedicam o seu trabalho ao engrandecimento do Poder Judiciário, merecendo o nosso reconhecimento”, afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente do TJMA disse que os servidores prestam serviços públicos com dedicação e têm uma grande parcela de responsabilidade em relação ao momento positivo vivido atualmente pelo Poder Judiciário.

Ele explicou que a concessão do reajuste de 2,94% é uma medida imediata e possível dentro do contexto atual, até para não aumentar, ainda mais, o passivo de 15,33% de perdas inflacionárias que já havia quando tomou posse no cargo de presidente do TJMA.

Embora tenha interesse em pagar, ainda em 2019, parte das perdas inflacionárias referentes a gestões anteriores acumuladas em 15,33%, ele afirmou que tal medida dependerá da situação financeira do Tribunal de Justiça, tendo em vista as limitações orçamentárias no atual cenário econômico-financeiro.

Minuta do projeto de lei que concede o reajuste de 2,94% aos servidores deverá se apresentada, em breve, aos membros da Corte em sessão plenária. Assim que for aprovado, será encaminhado para apreciação à Assembleia Legislativa e, caso aprovado pelos parlamentares, seguirá para sanção do governador Flávio Dino.

Em reunião com o governador Flávio Dino, na sede do Governo do Estado, no Palácio dos Leões, no último dia 24 deste mês, o presidente do TJMA apresentou pleitos ao chefe do Executivo, ocasião em que ouviu do governador reeleito informações sobre a situação da União, do Estado, no atual contexto econômico no país.

Advogado precisa de autorização de magistrado para entrar em gabinete no TJMA

O recurso da OAB foi arquivado por determinação do conselheiro do CNJ, Valtércio de Oliveira

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considerou improcedente pedido da seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) de anular decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão que só permite o acesso de advogados aos gabinetes dos magistrados com autorização do juiz.

Além de negado, o recurso administrativo da seccional maranhense da OAB foi arquivado, conforme a determinação do conselheiro do CNJ, Valtércio de Oliveira, autor do relatório.

"Não é ilegal o ato que, em nome da ordem dos trabalhos e da segurança de servidores, magistrados e processos, restringe a entrada de pessoas estranhas ao quadro funcional do Tribunal às dependências internas da serventia", conclui o relatório, que trata de determinação da Justiça do Maranhão datada de 2014.

Ainda de acordo com o relatório, a resolução judicial "não impede o exercício da atividade profissional dos advogados e se situa no âmbito da competência e da autonomia do tribunal requerido para regular o funcionamento dos seus serviços".

"Ausente qualquer prova ou sequer indício de que, desse ato, tenha resultado em cerceio à prática da advocacia perante os órgãos daquela Justiça Estadual", acrescenta o relatório. As informações são do TJMA.

Assembleia e ESMAM realizarão congresso em comemoração aos 30 anos da Constituição

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PC do B), e o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, desembargador Paulo Sérgio Velten, assinaram um termo de cooperação técnico-financeira para a realização do Congresso “ESMAM – 30 anos da Constituição Federal: Desafios e Perspectivas”.

O evento, que deve acontecer de 28 a 30 de novembro, terá como palestrantes grandes nomes da política brasileira, entre eles, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim; o ex-ministro do STF, Eros Grau; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Boas; e o ex-ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. Do Maranhão, irão palestrar, além do presidente Othelino, o governador Flávio Dino, juristas e desembargadores.

Para o deputado Othelino Neto, é importante discutir os avanços da Constituição de 88. “É interessante falar da nossa Constituição e o valor do Estado democrático de direito, em especial, nesse momento de muita intolerância, em que precisamos valorizar, ainda mais, a democracia brasileira”.

O desembargador Paulo Velten explicou que, além das palestras, o congresso, em comemoração aos 30 anos da Constituição Federal, fará homenagem aos políticos constituintes de 1988. “Vamos homenagear os deputados constituintes, aqueles que trabalharam pela Constituição Cidadã. Esse é um evento que a Escola da Magistratura, em nome do Tribunal, vai realizar em cooperação com a Assembleia. A intenção é debater grandes temas do Direito Constitucional e revitalizar, sobretudo, esse valor constitucional, esse amor pelo estado de direito”, explicou.

O magistrado enfatizou que poderão participar do evento servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário, o público acadêmico e todo cidadão comum que tiver interesse no tema.

Assembleia e ESMAM realizarão congresso em comemoração aos 30 anos da Constituição

Publicado em 26 de outubro de 2018

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PC do B), e o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, desembargador Paulo Sérgio Velten, assinaram um termo de cooperação técnico-financeira para a realização do Congresso “ESMAM - 30 anos da Constituição Federal: Desafios e Perspectivas”.

O evento, que deve acontecer de 28 a 30 de novembro, terá como palestrantes grandes nomes da política brasileira, entre eles, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim; o ex-ministro do STF, Eros Grau; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Boas; e o ex-ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. Do Maranhão, irão palestrar, além do presidente Othelino, o governador Flávio Dino, juristas e desembargadores.

Para o deputado Othelino Neto, é importante discutir os avanços da Constituição de 88. “É interessante falar da nossa Constituição e o valor do Estado democrático de direito, em especial, nesse momento de muita intolerância, em que precisamos valorizar, ainda mais, a democracia brasileira”.

O desembargador Paulo Velten explicou que, além das palestras, o congresso, em comemoração aos 30 anos da Constituição Federal, fará homenagem aos políticos constituintes de 1988. “Vamos homenagear os deputados constituintes, aqueles que trabalharam pela Constituição Cidadã. Esse é um evento que a Escola da Magistratura, em nome do Tribunal, vai realizar em cooperação com a Assembleia. A intenção é debater grandes temas do Direito Constitucional e revitalizar, sobretudo, esse valor constitucional, esse amor pelo estado de direito”, explicou.

O magistrado enfatizou que poderão participar do evento servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário, o público acadêmico e todo cidadão comum que tiver interesse no tema.

Presidente do TJ anuncia reajuste salarial para servidores

Publicado em 26 de outubro de 2018

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, anunciou, nesta quinta-feira (26), durante a Feira de Saúde da Família Judiciária Maranhense, em frente ao prédio-sede da Corte Estadual de Justiça, um pacote de benefícios para os funcionários do Poder Judiciário Estadual, a ser implantado a partir de 1º de janeiro de 2019. Na oportunidade, ele anunciou também o estabelecimento do recesso forense de final de ano para os servidores, no período de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019.

Os ganhos incluem pagamento das perdas inflacionárias relativas a 2017, no índice de 2,94%, e aumento do auxílio-alimentação e auxílio-saúde, estimado no percentual de 10%, cada.

Mesmo com as limitações orçamentárias, o presidente do Tribunal de Justiça decidiu conceder os benefícios aos servidores, reconhecendo que eles têm colaborado de maneira efetiva para a prestação de serviços de qualidade, tornando o Judiciário maranhense mais ágil, célere e eficiente.

“Fizemos um grande esforço para poder fazer justiça com os servidores garantindo os benefícios. É uma maneira de valorizar aqueles que dedicam o seu trabalho ao engrandecimento do Poder Judiciário, merecendo o nosso reconhecimento”, afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

O presidente do TJMA disse que os servidores prestam serviços públicos com dedicação e têm uma grande parcela de responsabilidade em relação ao momento positivo vivido atualmente pelo Poder Judiciário.

Ele explicou que a concessão do reajuste de 2,94% é uma medida imediata e possível dentro do contexto atual, até para não aumentar, ainda mais, o passivo de 15,33% de perdas inflacionárias que já havia quando tomou posse no cargo de presidente do TJMA.

Embora tenha interesse em pagar, ainda em 2019, parte das perdas inflacionárias referentes a gestões anteriores acumuladas em 15,33%, ele afirmou que tal medida dependerá da situação financeira do Tribunal de Justiça, tendo em vista as limitações orçamentárias no atual cenário econômico-financeiro.

Minuta do projeto de lei que concede o reajuste de 2,94% aos servidores deverá se apresentada, em breve, aos membros da Corte em sessão plenária. Assim que for aprovado, será encaminhado para apreciação à Assembleia Legislativa e, caso aprovado pelos parlamentares, seguirá para sanção do governador Flávio Dino.

Em reunião com o governador Flávio Dino, na sede do Governo do Estado, no Palácio dos Leões, no último dia 24 deste mês, o presidente do TJMA apresentou pleitos ao chefe do Executivo, ocasião em que ouviu do governador reeleito informações sobre a situação da União, do Estado, no atual contexto econômico no país.

Duro golpe no servidor

Por Zeca Soares • sexta-feira, 26 de outubro de 2018 às 08:00

Com o fim das eleições, o governador Flávio Dino (PCdoB) parece já ter esquecido do palanque e da necessidade de aparentar ser um candidato que tem compromisso com toda a sociedade e cheio de promessas de boas intenções. Com pouco mais de duas semanas após fim do pleito, o comunista determinou que seu plano contra os servidores públicos do estado fosse executado.

Trata-se de uma articulação jurídica para evitar que servidores públicos de nível médio e fundamental conseguissem incorporar 21,7% aos seus vencimentos. A conquista é uma luta antiga na Justiça, que teve decisão favorável tanto no Tribunal de Justiça (TJ) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dino não se contentou em ter perdido na Justiça e decidiu tentar tirar mais uma vez a conquista dos funcionários públicos. Uma ação rescisória trata da “desconstrução” da decisão que determinou o pagamento dos mais de 20% nos salários.

Além de barrar o pagamento a quem ainda não recebeu, apesar da decisão judicial favorável, Dino espera retirar o reajuste de quem já o tem incorporado aos seus vencimentos, como é o caso dos servidores do próprio TJ e até da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A atitude do comunista parece ser uma tentativa de não aumentar mais ainda o percentual do orçamento estadual destinado apenas para pagamento do funcionalismo, que cresceu nos últimos quatro anos, saindo de 38% para mais de 42%, se levar em conta somente os gastos com pessoal no Poder Executivo. Se considerar os três Poderes, este percentual é de quase 53% do orçamento estadual.

O fato é que Flávio Dino, que passou quase quatro anos sem conceder aumento salarial para a maioria dos servidores públicos, agora quer retirar uma conquista conseguida por decisão judicial. O comunista falha duas vezes no episódio: uma como gestor que se comprometeu ainda em 2014 com a valorização dos servidores e a segunda, por não cumprir decisão judicial. Logo ele, que passou mais de uma década como juiz, que exigia o cumprimento do que ele julgava.

Foto: Reprodução/TV Mirante

Governo Dino quer suspender pagamento de reajuste de 21,7% a servidores

Procuradoria Geral do Estado entrou com ação para suspender aumento concedido pela Justiça a servidor; é pedida liminar para suspender pagamentos futuros e os que já estão ocorrendo

CARLA LIMA/EDITORA DE POLÍTICA

26/10/2018

SÃO LUÍS - A Procuradoria Geral do Estado, comandada por Rodrigo Maia, entrou no último dia 19 com uma ação rescisória no Tribunal de Justiça do Maranhão para “desconstituir” decisão do próprio tribunal que determinou ao pagamento de 21,7% nos salários de servidores públicos de nível médio e fundamental. Na ação do governo Flávio Dino (PCdoB) é pedida liminar para que sejam suspensos os pagamentos futuros e também os que já estão recebendo.

O imbróglio dos 21,7% data de 2013 quando o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (Sindsep-MA) entrou com ação pra que o estado revisasse a renumeração dos servidores públicos devido ao desequilíbrio no reajuste dos funcionários públicos já que os de nível superior tiveram 30% de reajuste e os de nível médio e fundamental, 8,3%.

A ação do sindicato foi julgada procedente no TJ. No entanto, já no governo de Flávio Dino, a Procuradoria do Estado recorreu da decisão dos magistrados maranhenses ao Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o recurso do governo de Dino não avançou no Supremo, cujos membros mantiveram a decisão estadual. Com isto, o governo passou a ser obrigado a pagar o reajuste de 21,7% nos salários mensais.

Desde a decisão do STF, passaram a receber o percentual previsto os servidores do magistério 1 e 2; magistério superior; Apoio Operacional, Apoio Administrativo e Técnico, Grupo de Atividade de Meio Ambiente; delegados, auditores, servidores da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), defensores públicos, policiais civis e agentes penitenciários. Além destes, os procuradores do estado também passaram a ter incorporados em seus vencimentos o percentual.

A previsão é de que na folha de pessoal deste mês de outubro novos servidores passem a receber os 21,7%. Diante disto, o governo do estado tenta mais uma cartada para suprimir o direito adquirido dos servidores. Em ação rescisória, a Procuradoria do Estado quer suspender o pagamento de quem já recebe em seus contra-cheques e os que ainda poderão receber.

O relator da ação é o desembargador Cleones Cunha, que ainda não se posicionou a respeito do pedido de liminar do governo de Flávio Dino.

Contas altas

O governo do Estado não fala a respeito nem da ação rescisória e nem sobre o impacto que este reajuste causará nas contas do estado. No entanto, o Maranhão atualmente está em área próxima a do limite para gastos

com pessoal. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite considerado de alerta para gastos com folha de servidores é de 44,1% sendo o limite máximo, 49%.

No Maranhão, em 2018, o governo Flávio Dino está bem próximo do limite de alerta. De acordo com dados do Portal da Transparência, no último quadrimestre, a gestão comunista comprometeu 42,69% do orçamento para o pagamento de folha de pessoal.

O aumento é de mais de 13% se comparado ao último ano da gestão anterior quando, no último quadrimestre de 2014, os gastos com a folha chegou a 38,72%.

Diante do gasto com pessoal, o governo Flávio Dino busca soluções para evitar ultrapassar o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sem ordem

Desde a decisão judicial que obriga o estado conceder os 21,7%, várias categorias passaram a receber o reajuste. No entanto, não há uma ordem fechada para o recebimento do benefício. Segundo o Sindsep, a ordem, na verdade, é de acordo com a entrega dos documentos.

Sinpol chama de “duro golpe” ação contra servidores

O Sindicato dos Policiais Civis no Maranhão (Sinpol) foi o primeiro a se manifestar a respeito da ação rescisória do governo do estado. Segundo a entidade, o governo, após as eleições, decidiu aplicar uma “duro golpe” nos servidores públicos.

Segundo o sindicato, se a liminar chegar a ser concedida ao governo pelo relator do processo, desembargador Cleones Cunha.

“Se vier a ser concedida a liminar, certamente os juízes de direito não poderão conceder mais a liminar de implantação e, também, o Estado do Maranhão poderá retirar dos contracheques os valores já implantados”, alerta o Sinpol.

Diante da situação, a entidade pede a união das classes de servidores. “Solicitamos a união das classes de servidores públicos contra esse duro golpe, que, mais uma vez, vai de encontro ao direito dos sindicalizados e retirada de direitos assegurados pela Constituição Federal e Poder Judiciário”, diz a nota do Sinpol.

Duro golpe no servidor

26/10/2018

Com o fim das eleições, o governador Flávio Dino (PCdoB) parece já ter esquecido do palanque e da necessidade de aparentar ser um candidato que tem compromisso com toda a sociedade e cheio de promessas de boas intenções. Com pouco mais de duas semanas após fim do pleito, o comunista determinou que seu plano contra os servidores públicos do estado fosse executado.

Trata-se de uma articulação jurídica para evitar que servidores públicos de nível médio e fundamental conseguissem incorporar 21,7% aos seus vencimentos. A conquista é uma luta antiga na Justiça, que teve decisão favorável tanto no Tribunal de Justiça (TJ) quanto no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dino não se contentou em ter perdido na Justiça e decidiu tentar tirar mais uma vez a conquista dos funcionários públicos. Uma ação rescisória trata da “desconstrução” da decisão que determinou o pagamento dos mais de 20% nos salários.

Além de barrar o pagamento a quem ainda não recebeu, apesar da decisão judicial favorável, Dino espera retirar o reajuste de quem já o tem incorporado aos seus vencimentos, como é o caso dos servidores do próprio TJ e até da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A atitude do comunista parece ser uma tentativa de não aumentar mais ainda o percentual do orçamento estadual destinado apenas para pagamento do funcionalismo, que cresceu nos últimos quatro anos, saindo de 38% para mais de 42%, se levar em conta somente os gastos com pessoal no Poder Executivo. Se considerar os três Poderes, este percentual é de quase 53% do orçamento estadual.

O fato é que Flávio Dino, que passou quase quatro anos sem conceder aumento salarial para a maioria dos servidores públicos, agora quer retirar uma conquista conseguida por decisão judicial. O comunista falha duas vezes no episódio: uma como gestor que se comprometeu ainda em 2014 com a valorização dos servidores e a segunda, por não cumprir decisão judicial. Logo ele, que passou mais de uma década como juiz, que exigia o cumprimento do que ele julgava.

Receio

Os sindicatos das mais diversas categorias do funcionalismo público se preocupam principalmente com a concessão de uma liminar pedida pelo governo de Flávio Dino.

Com tentáculos musculosos no Tribunal de Justiça, o governador pode conseguir a medida cautelar e suspender a conquista dos servidores, e uma decisão final demorar demais a ser dada.

As categoriais prometem pressionar o TJ para que uma liminar não seja concedida de forma alguma.

União

Entre os sindicatos que se manifestaram, está o dos servidores da Polícia Civil. O Sinpol chama todas as classes para se unirem contra o que a entidade classificou de “duro golpe”.

Segundo o Sinpol, a atitude de Flávio Dino se torna ainda mais cruel, porque nos últimos anos o comunista não quis saber de cumprir a lei de revisão geral de remuneração dos servidores públicos.

Claro que os sindicalistas da Polícia Civil estão falando com propriedade, já que Dino não abriu espaço para a categoria, que sofreu sem novos reajuste desde 2015.

Assembleia e ESMAM realizarão congresso em comemoração aos 30 anos da Constituição

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PC do B), e o diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão, desembargador Paulo Sérgio Velten, assinaram um termo de cooperação técnico-financeira para a realização do Congresso "ESMAM - 30 anos da Constituição Federal: Desafios e Perspectivas".

O evento, que deve acontecer de 28 a 30 de novembro, terá como palestrantes grandes nomes da política brasileira, entre eles, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim; o ex-ministro do STF, Eros Grau; o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Ricardo Villas Boas; e o ex-ministro da Justiça, Eduardo Cardozo. Do Maranhão, irão palestrar, além do presidente Othelino, o governador Flávio Dino, juristas e desembargadores.

Para o deputado Othelino Neto, é importante discutir os avanços da Constituição de 88. "É interessante falar da nossa Constituição e o valor do Estado democrático de direito, em especial, nesse momento de muita intolerância, em que precisamos valorizar, ainda mais, a democracia brasileira".

O desembargador Paulo Velten explicou que, além das palestras, o congresso, em comemoração aos 30 anos da Constituição Federal, fará homenagem aos políticos constituintes de 1988. "Vamos homenagear os deputados constituintes, aqueles que trabalharam pela Constituição Cidadã. Esse é um evento que a Escola da Magistratura, em nome do Tribunal, vai realizar em cooperação com a Assembleia. A intenção é debater grandes temas do Direito Constitucional e revitalizar, sobretudo, esse valor constitucional, esse amor pelo estado de direito", explicou.

O magistrado enfatizou que poderão participar do evento servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário, o público acadêmico e todo cidadão comum que tiver interesse no tema.

STJ autoriza polícia continuar investigação contra deputados que desviaram dinheiro da Saúde

por Aquiles Emir - 25 de outubro de 2018084

A Procuradoria Geral de Justiça informou nesta quarta-feira (24) que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou uma decisão do Tribunal de Justiça para impedir investigação policial contra os deputados Andrea Murad e Sousa Neto. A decisão do STJ se fundamentou no Recurso Especial 1697146/MA, interposto pela PGE.

Os referidos parlamentares, identificados apenas como A T M B, que seria Andrea Trovão Murad Barros, e F DE S D N (Francisco de Sousa Diniz Neto), vinham sendo investigados pelos delegados Ricardo Luiz de Moura e Silva, Luiz Augusto Aloise de Macedo Mendes e Leonardo Bastian Fagundes, pela suposta prática de lavagem de dinheiro desviado da execução de obra do Hospital de Rosário, nas campanhas eleitorais dos investigados.

Segundo a informação, o TJ-MA determinou o trancamento de procedimento de investigação policial contra os parlamentares, por considerar que a Polícia Civil deveria ter requerido autorização judicial para instaurar o inquérito.

A tese defendida pela Procuradoria Geral de Justiça é a de que não há necessidade de autorização do Tribunal de Justiça para que a Polícia Civil instaure, de ofício, inquérito policial contra parlamentares estaduais. O STJ acolheu o posicionamento da PGJ/MA.

Em seu voto, o relator do caso, ministro Jorge Mussi, destacou que “não há razão jurídica para condicionar a investigação de autoridade com foro por prerrogativa de função a prévia autorização judicial. Note-se que a remessa dos autos ao órgão competente para julgamento do processo não tem relação com a necessidade prévia autorização para investigar, mas antes diz respeito ao controle judicial exercido nos termos do art.10, §3º, do Código de Processo Penal.”

O relator também citou que “de fato, o Código de Ritos prevê prazos para que a investigação se encerre, sendo possível sua prorrogação pelo magistrado. Contudo, não se pode confundir referida formalidade com a autorização para se investigar, ainda que se cuide de pessoa com foro por prerrogativa de função”.

Para o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, “a decisão é uma vitória importantíssima, uma vez que reafirmam as prerrogativas constitucionais do Ministério Público.” Leia a íntegra da decisão do STJ.

Projetos na área de tecnologia impulsionam o Judiciário maranhense

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Diretoria de Informática, desenvolveu um novo sistema para o controle de sindicâncias, que permite o cadastro e atualização dos dados de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, além do controle de seu fluxo e documentação.

Foi lançada também a primeira versão do sistema “Contratus”, de gestão contratual, que possibilita cadastrar e controlar contratos, convênios, termos de cooperação, atas de registro de preços e demais acordos administrativos, no âmbito do Judiciário maranhense.

O Tribunal implantou, ainda, o sistema “Haedus”, para auxiliar a creche Judith Pacheco, na seleção dos candidatos às vagas oferecidas pela instituição.

O sistema permite o registro de vagas disponíveis para cada turno, bem como para o cadastro de reserva e o período de inscrição. Por meio da ferramenta, os pais também podem realizar a inscrição dos seus dependentes.

Foi disponibilizado, ainda, um aplicativo para atualização de valores de processos - o Sistema de Cálculo de Processo Judicial (SCJUD). A ferramenta permite a atualização de valores a receber, agilizando o trabalho da Coordenadoria de de Precatórios e das Contadorias.